

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS - CAMPUS III
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS – LICENCIATURA PLENA

**EXTENSÃO RURAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM ESTUDO DE CASO DA
EXPERIÊNCIA DE RESIDÊNCIA AGRÁRIA**

EDGLEIS DOS SANTOS BATISTA

Bananeiras/PB

Abril/2020

EDGLEIS DOS SANTOS BATISTA

**EXTENSÃO RURAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM ESTUDO DE CASO DA
EXPERIÊNCIA DE RESIDÊNCIA AGRÁRIA**

Trabalho de Conclusão de curso defendido e aprovado em 23/04/2020, no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para obtenção do título de Graduado em Ciências Agrárias – Licenciatura Plena, pela Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a legislação em vigor.

Bananeiras/PB

Abril/2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B333e Batista, Edgleis Dos Santos.

Extensão rural e estágio supervisionado : um estudo de caso da experiência de residência agrária / Edgleis Dos Santos Batista. - Bananeiras, 2020.

38 f. : il.

Orientação: Joelma Farias Vieira de Jesus.

Coorientação: Luana Patrícia Costa Silva.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Residência agrária. 2. Extensão rural. 3. Estágio supervisionado. I. Jesus, Joelma Farias Vieira de. II. Silva, Luana Patrícia Costa. III. Título.

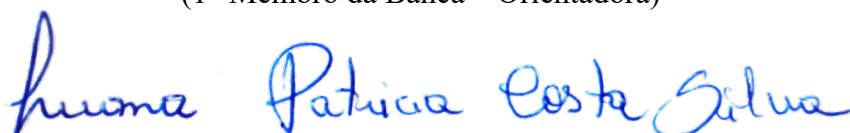
UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

Comissão examinadora



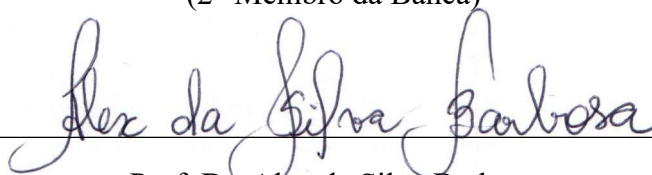
Prof.^a. Me. Joelma Farias Vieira de Jesus

(1º Membro da Banca – Orientadora)



Prof.^a Dr.^a. Luana Patrícia Costa Silva

(2º Membro da Banca)



Prof. Dr. Alex da Silva Barbosa

(3º Membro da Banca)

Bananeiras/PB

Abril/2020

EXTENSÃO RURAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM ESTUDO DE CASO DA EXPERIÊNCIA DE RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar a experiência participativa do estágio supervisionado em Residência Agrária bem como seus processos, sendo desenvolvido em uma família da comunidade rural do Sítio Barreiras município de Bananeiras, Paraíba. Onde foi vivenciado a experiência do Residência Agrária e sua importância para o estudante em enquanto extensionista no estágio no contato diário com os camponeses. Foi realizado um processo de observação de forma mais participativa, objetiva e bem mais aprofundada por meio do Residência Agrária, esse processo promoveu uma melhor intervenção, de maneira que fosse significativa para os indivíduos envolvidos nas atividades, e também viável dentro daquele contexto de dificuldades das famílias camponesas que possuem menos acesso a políticas e programas sócias, assim como assistência técnica. A teoria vista em sala pode orientar para elaboração das práticas que se realizou durante o estágio, contribuindo na forma de comunicação, na forma da abordagem, nas entrevistas e na elaboração das perguntas e no conteúdo das perguntas. O estágio supervisionado em extensão rural na modalidade residência agrária, é uma ferramenta excelente no contato com os camponeses e também uma forma de aproximar o estagiário da realidade do campo, facilitando a resolução de problemas do cotidiano dos camponeses apoiado na cooperação entre todos os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Residência agrária. Extensão rural. Estágio supervisionado

Abstract

The aim of this paper is to show the participatory experience of the supervised internship in agrarian residence as well as its processes, being developed in a family from the rural community of Sítio Barreiras municipality of Bananeiras, Paraíba. Where was lived the experience of agrarian residence and its importance for the student as an extensionist in the stage in daily contact with the peasants. A more participatory, objective and much more in-depth observation process was carried out through the Agrarian Residency, this process

promoted a better intervention, so that it was meaningful for the individuals involved in the activities, and also viable within that context of difficulties of the communities. peasant families who have less access to social policies and programs, as well as technical assistance. The theory seen in the classroom can guide the elaboration of the practices that took place during the internship, contributing in the form of communication, the approach, the interviews and the elaboration of the questions and the content of the questions. The supervised internship in rural extension in the agrarian residence modality, is an excellent tool in contact with the peasants and also a way to bring the trainee closer to the reality of the field, facilitating the resolution of problems of the peasants daily life supported by cooperation between all the involved subjects.

Keywords: Agrarian residence. Rural extension. Supervised internship

1. Introdução

A extensão rural propicia uma troca de conhecimentos, entre as famílias e o extensionista, diante desse cenário tem-se uma facilidade maior na resolução dos problemas encontrados nas comunidades. A sensibilidade do extensionista no tocante ao fato de valorizar os conhecimentos empíricos que os agricultores rurais trazem consigo por gerações, é uma questão que vai determinar um maior aprofundamento acerca de como devem ser feitas as construções coletivas, se enquadrando na realidade vivida pelas famílias camponesas. O fato de não tornar obsoleto nem desvalorizar o conhecimento popular, contribui na inserção do conhecimento técnico trazido pelo profissional de extensão rural e socializado com a família ou a comunidade, se configurando em uma troca de saberes.

A realidade encontrada em grande parte dos estágios no campo da extensão rural, são de dificuldades enfrentadas pela maioria das famílias e comunidades, principalmente devido à falta de incentivos e uma maior preocupação em direcionar políticas para cada localidade, pois cada uma terá suas próprias especificidades. De acordo com Peixoto (2008):

A extensão rural tem importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira (PEIXOTO, 2008, p. 6).

Corroboramos com Peixoto (2008) e ainda, pontuamos, que a comunicação e o diálogo entre os agricultores e extensionistas durante o processo de estágio é fundamental, para uma maior clareza dos problemas perante as distintas realidades que as famílias estão inseridas.

Essa experiência de estágio aconteceu junto a uma família, por meio de Residência Agrária, onde foi vivenciado de perto todo o cotidiano, sendo constatado a realidade de dificuldades principalmente relacionado a questão de recursos financeiros. De toda forma mesmo a família não tendo um capital para maiores investimentos, a propriedade a qual residiam tinha recursos disponíveis e mediante a análise poderia ser buscada soluções para usufruir desses recursos existentes em prol da família, que possibilitaria trazer uma renda extra. Como sujeito dentro daquela realidade havia necessidade de se buscar o diálogo para apresentar propostas de melhorias para aquela realidade se valendo de uma boa comunicação com a família. Segundo Freire (1983, p. 44) “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos”. Desta forma o extensionista/educador pode atingir obter os resultados significativos na sua prática em campo.

A família reside na área rural da cidade de Bananeiras – PB, o contato inicial naquele ambiente favoreceu mudanças acerca da concepção da prática da extensão, contribuindo para um melhor desenvolvimento do estágio. Contribuição que se deu através da observação, com relação ao cotidiano da família e os recursos disponíveis na propriedade rural, por meio de análises, observações e práticas sistemática em campo.

A observação durante o estágio, norteou as possíveis soluções que poderiam ser viáveis para situação econômica da família e que tivesse uma contribuição significativa. O estágio pôde contribuir para a melhor resolução dos problemas, em conjunto com a família tendo como base o diálogo. Segundo Pimenta e Lima (2012, p. 47) “o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo, e intervenção na realidade”. Desta forma a intervenção em relação ao campo da extensão rural propiciar melhorias verdadeiramente significativas para os todos os sujeitos inseridos na mesma realidade, mais precisamente extensionista/educador e agricultor.

Diante desse contexto, compreende-se que o estágio contribui na formação do extensionista, principalmente no que se refere a forma de abordagem com as diferentes realidades que serão encontradas, tendo um ganho de experiência. Dessa forma as observações serão mais precisas as soluções dos problemas poderão ser realizadas de forma

mais eficiente as investigações e análise otimizadas para obtenção da melhor intervenção para a localidade que se está prestando assistência. Por meio estágio o extensionista adquire a percepção de não só enxergar o errado, mas ter um olhar mais perspicaz não sendo superficial com relação aos problemas, mas que o trabalho seja em conjunto com as comunidades e famílias rurais.

De acordo com a lei nº 11.788, de 25 de setembro 2008, que regulamenta o estágio supervisionado em âmbito nacional, em seu artigo 1º:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008, p. 1).

Já a resolução do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, apresenta que o estágio supervisionado em extensão define em seu segundo parágrafo define que:

A avaliação do licenciando no Estágio Curricular Supervisionado IV, deverá ser concretizada de forma contínua e qualitativa, a partir de momentos privilegiados de aprendizagem, verificação do desempenho do licenciando nas atividades de ensino sob o enfoque da extensão rural e educação do campo e capacidade de análise e reflexão em torno das experiências teórico-práticas vivenciadas (UFPB, 2012, p. 2).

Atrelado ao estágio temos o programa de residência agrária que aproxima ainda mais o extensionista da realidade do campo, evidenciando os obstáculos enfrentados pelos sujeitos no seu cotidiano. De acordo com Molina et al (2009):

O residência agrária se implementou como Programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA instituído por uma Portaria do Ministro, mas se enraizou na legislação por meio de uma ação no plano Plurianual – PPA 2004-2007 e posteriormente, no PPA 2008-2011 – para fincar suas raízes no solo das políticas voltadas para o desenvolvimento dos camponeses em seu território (MOLINA et al. 2009, p. 8)

Corroborando com Molina et al (2009) o Residência Agrária propicia de maneira eficiente condições as famílias camponesas de adquirir conhecimento técnico de forma mais adequada, visto que o extensionista/educador está inserido num mesmo cotidiano e em decorrência da vivência as práticas fazem real diferença para as famílias camponesas assistidas por meio dessa política. De acordo com Jesus (2011):

O paradigma dominante que existe na extensão rural no país, que aconteceu no Brasil desde a década de 1940, no qual o foco da extensão era voltado para o tecnicismo e não tinha uma discussão humanista. [...] o programa residência agrária é composto por tempo na universidade e tempo comunidade (JESUS, 2011, p. 47).

A política de residência vem para quebrar a questão da extensão rural tecnicista onde o foco era apenas passar o conhecimento descaracterizando o camponês como sujeito que tem papel participante neste sentido, o residência agrária insere o estudante no cotidiano do camponês para refletir como é realidade do campo na sua essência e ter o respeito em relação ao conhecimento do camponês que aliado ao conhecimento do extensionista/educador tenha uma ação transformadora e concreta para ambos os sujeitos.

Foi vivenciando esse contexto que se deu a necessidade de compreender teoricamente e aprofundar as discussões no que concerne a experiência vivenciada no componente curricular Estágio IV em Extensão rural. Assim, o principal objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de Residência Agrária realizada por meio do estágio supervisionado em extensão rural e compreender como esses processos contribuem para a formação do extensionista/educador.

Enquanto objetivos específicos

- Compreender o papel do extensionista no contato com as famílias e comunidades camponesas;
- Analisar o estágio como campo de pesquisa compreendendo a relação do que é vivenciado em sala de aula e do que acontece em o campo de estágio;
- Apresentar a experiência da residência agrária;
- Compreender a rotina de uma família camponesa, suas dificuldades, culturas, hábitos e costumes;

- Analisar a realidade vivida pela família sujeitos e as principais necessidades em torno de assistência;
- Apresentar as práticas desenvolvidas no decorrer do estágio: diagnóstico, observações, planejamento e ações.

Assim, este artigo se subdivide em diálogos introdutórios; contexto metodológico; Revisão bibliográfica; Resultados e discussões e Considerações Finais.

2. Metodologia

Essa pesquisa surge da necessidade de compreender o campo de estágio em extensão rural a partir de uma experiência específica de Residência Agrária, atrelado à extensão rural numa perspectiva comunicativa, dentro da vivência do estágio supervisionado na comunidade do Sítio Barreiras município de Bananeiras, Paraíba. Tendo essa experiência como base foi realizado um processo de observação de forma mais participativa, objetiva e bem mais aprofundada por meio do Residência Agrária, esse processo promoveu uma melhor intervenção, e que fosse significativa para os indivíduos envolvidos no processo, e que fosse viável dentro daquele contexto da família camponesa, que possuem menos acesso a políticas e programas sociais, assim como assistência técnica.

Como metodologia utilizada dentro do estágio fez uso da pesquisa qualitativa, na direção de obter percepções e observar o comportamento dos camponeses que estavam inclusos no processo de estágio e diálogos cotidianos. Segundo Minayo (2002, p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas”. Deste modo facilita a coleta de informações por meio das relações interpessoais, algo que está intimamente ligado à questão da extensão rural, devido aos diálogos e observações na busca de soluções de problemas do cotidiano de comunidades e famílias do campo. A abordagem qualitativa promove neste sentido, compreensão do cotidiano e viabiliza ações reflexivas para resoluções dos problemas observados em decorrência da vivência em campo. Ressaltando o fato de não interferir na cultura do local e dos sujeitos, devendo contribuir em meio àquela situação que está imerso, durante aquele período, não devendo impor condições.

A pesquisa tendo alicerce no estágio supervisionado foi desenvolvido com base numa metodologia participativa, onde a família pôde contribuir em todo o processo, trocando conhecimentos e adquirindo autonomia, à vista disso a interação foi determinante no projeto coletivo¹. Conforme Moretti et al (2011, p. 454) “A pesquisa participativa acredita que podemos conhecer em profundidade alguma coisa da vida, da sociedade, ou da cultura, quando o(a) pesquisador(a) se envolve e se compromete com o que investiga”.

O Residência Agrária dá ao estudante a oportunidade através do estágio supervisionado de viver a realidade do meio rural, de forma participativa. “O programa foi pensado para permitir aos estudantes dos cursos de ciências agrárias um maior contato com o meio em que deveriam desenvolver suas atividades profissionais” (GONÇALVES et al, 2016, p.123).

“Um trabalho dessa natureza tem como objetivo propiciar aos grupos populares entendimento de seus problemas para que eles possam percebê-los e levantar alternativas que vão de encontro aos seus interesses” (ROCHA, 2004, p.2). Portanto o propósito é que a própria família se sinta parte importante da mudança que ocorre através das suas ações.

Na perspectiva participativa o extensionista deve proporcionar condições para os sujeitos desenvolver as práticas e desta forma ambos se beneficiam desta relação de igualdade. Na visão de Rocha (2004, p.3) “o pesquisador aprende a desenvolver um olhar clínico que está em grande parte assentado numa postura de atenção que ele deve ter com a natureza do seu problema de estudo”. Consentido com Rocha (2004) e ainda ressaltando que a metodologia participativa desenvolve no extensionista contanto mais comunicativo de conversas e respeito às diferenças.

No início do estágio em Residência Agrária adotou-se como metodologia o diagnóstico rural participativo que, possibilitaria melhor compressão e imersão no contexto da vida dos camponeses. Com esta ferramenta o extensionista pode analisar uma série de fatores em relação ao cotidiano das comunidades ou família camponesa, com subsídio dos próprios sujeitos. Oportunizado a homens e mulheres do campo, práticas que atendam verdadeiramente suas necessidades. O diagnóstico rural participativo é uma metodologia que o extensionista oportuniza as pessoas serem responsáveis pelas mudanças no local onde vivem, através dos seus esforços. “O DRP tem como objetivo a participação interativa, ou seja, a participação dos beneficiários em todas as fases de um projeto” (VERDEJO, 2010, p. 17).

¹ O termo intervenção foi substituído em partes do texto por projeto coletivo.

“O diagnóstico rural participativo é um princípio e uma conquista básica da democracia, que possibilita que as pessoas tenham uma intervenção ativa e importante em todas as decisões que influenciem suas vidas” (KUMMER, 2007, p.70). “Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a idéia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la” (VERDEJO, 2010, p.12).

Segundo Verdejo (2010), os próprios sujeitos são sensibilizados a pôr em prática a capacidade de pensarem sua própria realidade e encontrarem as melhores maneiras de contornarem as suas dificuldades. O que se propõe é uma autorreflexão dos problemas em conjunto, nesse contexto o extensionista/educador, está em nível de horizontalidade com as pessoas dos processos sobre o qual está fazendo parte naquele momento, ambos vão adquirir conhecimentos no decorrer das atividades.

O extensionista deve sempre buscar inserir os sujeitos como parte importantíssima de todos os processos, ressaltando desta maneira também a observação, pela qual é uma das maneiras que o profissional da extensão rural estabelece os primeiros contatos com sujeitos, com o propósito de resolver problemas da realidade. “O observador, enquanto parte do contexto de observação estabelece uma relação face a face com os observados, a importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações” (MINAYO, 2002, p.59).

Sob o mesmo ponto de vista de Minayo (2002), ademais o fato da convivência em decorrência do estágio, potencializa a perspicácia do observador sobre os observados conseguindo captar os mais variados detalhes, o qual serão importantes no transcurso das atividades.

Esta metodologia se configura como central no trabalho para compreender o campo e a experiência de estágio, ressaltando que dentro do estágio realizou-se metodologias específicas para compreender a realidade vivenciada, os sujeitos e os processos que estavam em andamento.

O diálogo é de fundamental no processo de diagnóstico, pois através das conversas pode-se ter dimensão das problemáticas que uma família camponesa enfrenta diariamente. Os membros da família se sentem mais respeitados com um tratamento igualitário entre extensionista e camponeses, e expressaram as condições enfrentadas de maneira mais confortável por intermédio dos diálogos.

Diante dos diálogos em sala de aula foi proposto a escolha da comunidade onde o estágio seria desenvolvido, assim, as aulas de estágio supervisionado propiciaram uma melhor abordagem durante o residência agrária, pois as discussões trouxeram reflexões acerca de como o extensionista enquanto educador deve ter uma abordagem respeitosa diante de culturas e realidades distintas, de forma que o contato muda de uma realidade para outra.

O estágio em residência agrária favorece maior percepção perante as adversidades que o extensionista deve lidar na proximidade com homens e mulheres do campo. Deste modo requer ao extensionista uma flexibilidade nas práticas usadas em campo, visto que tais práticas podem não atender uma realidade específica. Nesse sentido os camponeses na perspectiva da extensão rural mais educativa, podem tornar os processos mais moldáveis através de suas contribuições.

Desta maneira as contribuições dos camponeses no estágio era algo sempre abordado dentro da disciplina de estágio supervisionado IV em extensão rural. Tendo em vista a inserção do camponês, no desenvolvimento das atividades de estágio. Em vista disso a proposta educativa em que se trabalhava a extensão rural dentro do estágio junto com os camponeses, buscava-se o pensamento mais crítico dos camponeses em relação a realidade em que estavam inseridos, a fim de favorecer mudanças, em participação com extensionista/educador.

O professor supervisor e alunos contribuíram nos diálogos quando se estava em sala de aula, debatendo as experiências e dificuldades, compartilhando as observações em campo, debatendo os obstáculos para possíveis mudanças necessárias para atender os agricultores nos locais onde cada um desenvolvia o estágio.

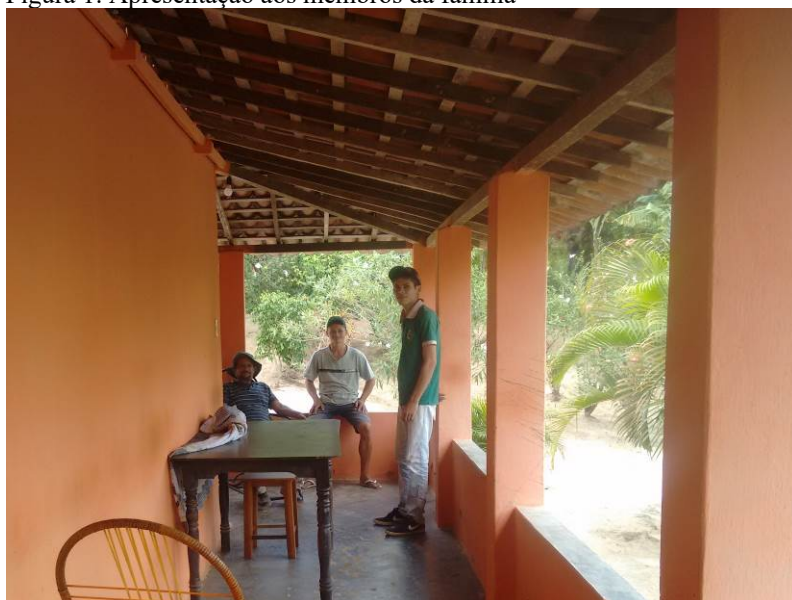
Deste modo as aulas de estágio supervisionados tiveram grande importância norteadora durante as práticas e contato com as pessoas que iriam fazer parte daquele processo. Auxiliando na forma de abordagem e comportamento em contextos distintos, contribuindo na melhor adequação dos métodos a serem aplicados durante o Residência Agrária.

2.1 Metodologias e processos em campo de Estágio

2.1.1 Apresentação

A primeira etapa foi apresentação (figura 1) para família camponesa onde foi desenvolvido o estágio supervisionado em residência agrária, neste contexto, ressaltou-se que passaria um período vivenciado o cotidiano dos mesmos, para adquirir experiência acerca de uma cultura diferente, práticas, costumes, crenças e que passado esse determinado período durando tempo, seriam realizadas atividades de diagnóstico para elaboração de um projeto em coletivo para melhoria de algum aspecto da realidade dos sujeitos, mediante a colaboração dos mesmos e aceitação da proposta do projeto. Enfatizou-se o fato que a participação dos membros da família seria fundamental tendo eles o papel de destaque nas atividades com trabalho em conjunto somando os conhecimentos para uma execução mais fluida possível das atividades.

Figura 1. Apresentação aos membros da família



Fonte: própria (2018).

2.1.2 Observações

Passado a apresentação já em outro momento, realizou-se observação acerca da realidade, o intuito nesta etapa foi de obter subsídios para uma melhor análise das dificuldades enfrentadas pela família, verificar os comportamentos, crenças, cultura e costumes. Foi observado o dia a dia o cotidiano junto a família, foi onde se pretendia desenvolver algo que fosse significativo nas vidas daqueles sujeitos.

A observação foi uma etapa muito importante pois era a realidade vivenciada por uma família camponesa e todas as dificuldades diárias. A observação inicial foi fundamental para

analisar aquela vivência e os potenciais agropecuários, infraestrutura, ambientais da propriedade da família camponesa. A observação participante teve enfoque também nos hábitos diários e trabalhos que de maneira geral eram muito evidentes os percalços enfrentados devido à falta de assistência. Todos os membros da família participaram do processo de observação participante auxiliando com informações acerca da localidade.

2.1.3 Entrevistas semiestruturada e entrevista não estruturada

Esse tipo de entrevista busca evitar os pontos negativos das entrevistas tradicionais, focando-se em possíveis soluções de problemas devido aos diálogos que ocorrem entre os sujeitos (SILVA et, 2013). Posteriormente realizou-se a entrevista semiestruturada (figura 2) a fim de se obter dados importantes de certos aspectos da família e da propriedade. A entrevista semiestruturada foi elaborada com questões para coleta de informações acerca de alguns de aspectos que considerou relevante para um bom desenvolvimento das atividades no estágio sendo esses: informações gerais da comunidade, aspectos ambientais, aspectos socioculturais, aspectos econômicos e infraestrutura. Deste modo entrevista não tinha o rigor das entrevistas tradicionais com questões com abordagem extremamente fechada, que por vezes constriam o camponês. Dessa maneira a entrevista conduziu-se na forma de conversas, a princípio para que os camponeses se sentissem confortáveis, podendo responder cada pergunta com naturalidade e clareza.

As perguntas foram elaboradas de forma que fosse o mais fácil possível de entendimento e todos os membros da família camponesa podiam responder da maneira que consideravam mais adequado as perguntas. As primeiras perguntas eram mais simples com questões em ordem crescente iam para as mais complexas, quando alguma questão não era entendida a pergunta era reformulada para que tivesse compressão por parte dos sujeitos presentes. A entrevista proporcionou maior clareza diante dos problemas em mais dados acerca das dificuldades enfrentadas.

Algumas perguntas abordadas foram:

3. Nome da comunidade, tempo de existência, tamanho, número de assentados, localização e distância da sede municipal mais próxima;

4. Existência ou não de reserva legal, condição de preservação, tem sofrido com algum processo de degradação como queimadas, desmatamento;
5. Principais ou principal fonte de renda da família e comunidade como um todo;
6. Quais as principais culturas agropecuárias exploradas;
7. Quais as dificuldades enfrentadas com as culturas exploradas;
8. Perspectiva de trabalhar com outras culturas agropecuárias diferentes das exploradas;
9. Qual finalidade das culturas agropecuárias exploradas, subsistência ou comercialização em mercados locais;
10. Condição de adimplência ou inadimplência por parte dos agricultores pela retirada de financiamentos como PRONAF;

O principal motivo da entrevista foi a coleta de dados para realização do diagnóstico sobre a família e consequentemente da comunidade.

Aliado as entrevistas os diálogos cotidianos, eram fontes riquíssimas de dados dos mais variados possíveis desde históricos da comunidade onde residiam até a própria história da família. Os diálogos propiciavam a problematização e uma reflexão diante realidade. A mediada que se discutia as questões de vivência e contratempos da vida no meio rural, era também debatido como poderia ser melhorada aquela realidade com auxílio de todos, ou seja, com participação dos sujeitos, extensionista/estagiário e família camponesa que estavam dentro daquele processo.

Figura 2. Entrevista semiestruturada



Fonte: própria (2018).

2.1.4 Caminhada na propriedade

Entre as atividades do estágio em residência foram realizadas caminhadas na propriedade, com propósito de verificar os potenciais produtivos relatados por meio da entrevista semiestruturada (figura 3). Essa “técnica de caminhada que visa a exploração das características espaciais da área de estudo” (SILVA et al, 2013, p.21). Desta forma observou-se as características de toda área por meio de algumas caminhadas, foco da observação da área estava direcionado para os aspectos de culturas e criações de animais.

Onde os membros da família acompanharam a caminhada por toda área auxiliando na obtenção de informações, como não se conhecia os próprios membros da família mostravam todas as partes da localidade, e simultaneamente forneciam informações acerca da área. Em cada ponto da comunidade que caminhávamos, conversamos sobre os aspectos produtivos e se tinham criações de animais ou se já trabalharam com alguma e quais as culturas que trabalhavam e quais as dificuldades enfrentavam com culturas ou criações de animais eram questões abordadas no decorrer das verificações que foram feitas na propriedade.

Figura 3. Caminhada pela propriedade



Fonte: própria (2018).

2.1.5 Diagnóstico rural participativo

Durante o período do estágio em residência agrária e vivência com família, aliado as conversas e discussões sobre questões com diferentes enfoques preparou-se um diagnóstico com a participação dos sujeitos. Desta forma o intuito do diagnóstico foi de elaborar um projeto coletivo para intervir na realidade da família, de maneira que fosse viável sua implementação. Assim com a participação dos sujeitos no planejamento das etapas do projeto objetivou-se que eles estivessem em pé de igualdade com o extensionista/estagiário em todas fases. A contribuição de todos os membros da família camponesa desde a fase de observação até elaboração do diagnóstico foi fundamental para uma boa análise das impressões adquiridas durante o período do estágio.

Com o diagnóstico elaborou-se um projeto coletivo adequado as condições da família, de modo que estivesse dentro das possibilidades para ser trabalho junto com aqueles sujeitos. Com o diagnóstico elaborado, discutiu-se junto com os membros da família camponesa, com quem se teve convívio durante todo o período do estágio as etapas do projeto coletivo que foi proposto, o qual seria implantação da cultura do maracujá. Deste modo, diante das condições de renda da família e pôr na área já apresentar matérias que poderiam ser usados na implantação, seria necessário apenas um pequeno investimento.

2.1.6 Proposta de construção coletiva em decorrência do estágio em residência agrária

Através de construção coletiva, originou-se a proposta do projeto coletivo, respaldado pelo diagnóstico em conformidade com análises desse mesmo diagnóstico pelos sujeitos dentro do estágio, pode-se então elaborar um projeto coletivo plausível de ser posto em prática.

Como os camponeses participaram do diagnóstico e elaboração do projeto, por intermédio do diagnóstico rural participativo, foi proposto a condução do projeto pela própria família, executando as atividades em participação com extensionista enquanto estagiário no processo. Desta forma os sujeitos por seus próprios atos e ações podiam transformar o

contexto em que viviam, através de uma construção coletiva entre camponeses e extensionista em perspectiva educativa.

O projeto coletivo se propôs da seguinte forma, apresentação do diagnóstico para a família camponesa e discussão, debatendo sobre o projeto e sua viabilidade e enaltecendo o fato de que a renda da família está direcionada somente a cultura da banana (*Musa sp*), foi proposto a implantação da cultura do maracujá (*Passiflora edulis*) em espaldeira vertical.

3 Fundamentação Teórica

3.1 Extensão rural

A extensão rural é uma atividade proporciona que os conhecimentos gerados pela pesquisa serem levados aos homens e mulheres do campo. Tais conhecimentos favorecem o progresso das diversas ações desenvolvidas pelos camponeses com o suporte do extensionista. Deste modo, estimula os agricultores a fixar ainda mais as raízes no campo pelo fomento da extensão rural (PEIXOTO, 2008).

A extensão rural é uma atividade que vem sendo exercida ao longo dos anos de modo a repassar conhecimentos para o desenvolvimento de atividades rurais, através de ações de cunho informal, cujo objetivo era de repassar o conhecimento, para os camponeses que não o tinham (DEPONTI, 2010). “Portanto, o propósito básico da extensão, na perspectiva do modelo clássico, é o de transmitir conhecimentos às populações rurais e encaminhar seus problemas às fontes de pesquisa” (DEPONTI, 2010, p.126).

“A primeira experiência brasileira de extensão rural oficial foi em Santa Rita do Passa Quatro-SP, ponto inicial para posterior criação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) em Minas Gerais, em 1948” (BALEM, 2015, p.17). O modelo de extensão de rural no Brasil inicialmente foi influenciado nos moldes norte americano o qual tinha objetivo de rápido progresso das atividades rurais. Logo tinha-se a necessidade de preparar o homem do campo para os avanços tecnológicos a fim de capacitá-lo, para o uso dos pacotes tecnológicos, que em teoria iriam tirar o meio do rural atraso e proporcionar rápido desenvolvimento das atividades do campo (LISITA, 2005).

“O modelo produtivo agropecuário adotado no Brasil a partir da década de 1960 foi implantado graças a uma ação conjunta e organizada pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão” (LISITA, 2005. p. 01). “A ideia central desse período era a introdução das tecnologias de modernização da agricultura para os agricultores considerados mais aptos a dar respostas” (BALEM, 2015, p.18).

Nesse período teve-se o avanço da revolução verde o qual tinha a promessa de erradicação da fome nos países subdesenvolvidos através das tecnologias agrícolas que buscavam o progresso do meio rural. Deste modo o extensionista tinha responsabilidade de estimular os agricultores a aderirem a essas novas tecnologias. Nessa época no meio rural Brasileiro teve-se início da propagação para a utilização de agrotóxicos, sementes modificadas e fertilizantes químicos, a fim de ampliar a produtividade nas médias e grandes propriedades com a produção monoculturas a níveis elevados, o que em tese traria grandes avanços para os países subdesenvolvidos. (LAZZARI; SOUZA, 2017)

Segundo Souza (2016, p.24) “Com o avanço do processo de modernização e industrialização da agricultura, as políticas públicas foram direcionadas para garantir a disseminação das ideias e ideologias da classe dominante no campo”. “Era importante à ideia de informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas para se conseguir um aumento significativo na produção de fibras e alimentos” (ROMANIELLO; ASSIS, 2015 p. 37)

“O modelo unicamente tecnicista adotado pela Revolução Verde, como instrumento de desenvolvimento do setor agrícola, levou a uma situação de crise econômica, política e ambiental, representada” (TONET, 2008, p.28). A partir da década de 1980 se iniciou no Brasil uma nova discussão sobre o uso de desses aparatos tecnológicos com também da prática do profissional de extensão. A extensão rural começou a ser repensada em uma perspectiva participativa, considerando mais os indivíduos no processo. Estimulando o pensamento crítico dos camponeses, sob uso de metodologias mais pedagógicas (LISITA 2005).

“Nesse contexto, o extensionista não é mais o agente de mudança, manipulador, é o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico, horizontal, portanto, democrático” (GONÇALVES et al, 2016, p. 89). Deste modo as metodologias aplicadas em campo de ser pautadas por princípios participativos, em que o extensionista deve considerar os aspectos culturais que o público alvo da ação extensionista, trazem ao longo do passar de gerações (ROMANIELLO E ASSIS 2015).

3.2 O que é o estágio supervisionado na extensão rural

A extensão universitária é uma das que vem obtendo mais espaço nas universidades junto ao ensino e pesquisa. E no contexto atualmente está tendo grande visibilidade vista a várias ações e atividades que objetivam atender devido ao aumento demanda social para resoluções de problemas que pro vezes não soa sanados pelas políticas públicas (DELMASSO, 2015). “O estágio é uma prática de aprendizado por meio do exercício de funções referentes à profissão será exercida no futuro e que adiciona conhecimentos práticos aos teóricos aprendidos nos cursos” (SCALABRIN; MOLINAR, 2013, p. 02).

Colossi e Estevam (2003, p. 36). “Os estágios supervisionados acontecem quando [...] são organizados estágios em propriedades diferentes daquela onde o jovem realiza alternância, possibilitando uma análise comparativa das técnicas, procedimentos e conhecimentos”. “É no estágio que o educando se depara com a realidade cotidiana, passa a entender a luta travada pelos sujeitos que fazem parte do contexto, sendo capaz de inserir nessa realidade uma perspectiva transformadora” (LIMA, A., et al, 2018, p. 02)

O estágio supervisionado possibilita ao licenciando a compreensão dos instrumentos teóricos e práticos necessários a realização de suas funções. Procura-se, mediante esse exercício favorecer a experiência e proporcionar o desenvolvimento no campo profissional, por meio dos conhecimentos obtidos na instituição de ensino de superior, conhecimentos esses teóricos e práticos, ademais por meio das experiências nos mais variados espaços educacionais, possibilitando um enriquecimento cultural dos acadêmicos, que serão os futuros professores (SCALABRIN; MOLINAR, 2013).

De acordo com Faria (2009, p. 14) “O estágio se insere como elo entre a vida e o mundo do trabalho e toma-se necessário tratá-lo com uma nova visão, buscando respostas e propondo modelos e práticas que ajustem o papel educacional do estágio a realidade”.

Pretende possibilitar esta formação pra que todos os envolvidos, possam de forma coletiva trabalharem em colaboração e assim adquiram conhecimento com a experiência. Para realizar a intervenção e necessário integrar pesquisa e extensão, favorecendo uma intervenção na realidade de forma concreta, colaborando para a produção de conhecimento, inserindo os estudantes neste processo (RAZUCK; ROTTA, 2014, p. 744).

Assim sendo percebe-se a importância do estágio na formação dos estudantes, e importante que as atividades de estágio supervisionado sejam bem elaboradas e desenvolvidas tendo intuito de favorecer com que o estudante obtenha nesse período tempo do estágio uma prática significativa para o seu futuro exercício da profissão (FARIA, 2009).

3.3 Residência agrária

O programa denominado como Residência Agrária foi elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Portaria 057 de 23 de julho de 2004, e efetivado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sob a coloração das instituições federais de ensino superior com também das estaduais e dos movimentos do campo (FERNANDES et al, 2011). “Passou por um período de avaliação em 2006 e 2007 e se revitalizou em 2008, com um incremento de recursos capazes de implementar novas iniciativas” (MOLINA et al, 2008, p.08). “Visando a preparar profissionais das Ciências Agrárias e áreas correlatas para atuarem nos programas de ATES e ATER, ligados à agricultura familiar” (PIMENTEL et al, 2008, p. 27).

Segundo Pimentel et al (2008), o residência agrária é designado aos estudantes que chegam aos curso das ciências agrárias e afins e estudantes que já se encontram nos últimos períodos dos cursos e esse subdividiu-se em dois momentos. O primeiro momento é estágio de vivência onde o estudante tem o primeiro contato com a realidade do campo e o segundo momento baseia-se na pedagogia da alternância, onde o estudante passa período na universidade e período na comunidade.

“O Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica – Residência Agrária se constituiu um espaço formativo estratégico na formação dos profissionais das ciências agrárias” (CASEMIRO, 2006, p. 03). De acordo com Molina et al, (2008) a partir de distintas metodologias os alunos podem ajudar com a construção de diagnósticos participativos procurando, em parceria com as comunidades, detectar seus principais problemas, assim então buscar soluções para tais dificuldades viabilizando os processos e sua organização social.

De acordo com Casemiro (2006) Neste sentido, o Residência Agrária tem um papel muito importante de inserir, os pesquisadores na realidade vivenciada pelas famílias camponesas. Compreender esse ambiente e empenha-se com a efetiva melhoria das condições

de vida de homens e mulheres do campo também é um dos objetivos do programa residência agrária. Forma profissionais empenhados em colaborar com classe trabalhadora camponesa e que tenham um norte de transformações da sociedade, assumindo a responsabilidade de buscar mudanças para o meio rural, com também das condições de seus sujeitos (MOLINA et al, 2009). “Essa vivência nos assentamentos e localidades camponesas, propõe se ainda uma forte articulação com as ações concretas de assistência técnica existentes” (CALDAT, 2012, p. 684).

Deste modo estágio em residência agrária possibilita “[...] a construção de processos educativos em diferentes tempos e espaços e possibilita a transversalidade dos conhecimentos e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão” (FAGUNDES et al, 2017, p.4). Desta forma os estudantes são sujeitos em um processo de construção de conhecimento, escolhendo e desenvolvendo as atividades práticas nos locais onde se executam as ações, com respeito as origens nas áreas de atuação, elaborando novas experiências entre campo e universidade (VINHA et al, 2018).

3.4 A extensão na perspectiva da comunicação e diálogo

O fato de se estar em contexto diferente daquilo que já se tem costume é um tanto a assustador a princípio, traz certa responsabilidade antes da execução das atividades do estágio em residência agrária, pois deve-se emergir dentro uma realidade e buscar a essência daquele contexto/processo que estamos vivenciando.

A forma de contato por se tratar de sujeitos camponeses foi a mais sutil possível, sendo uma abordagem cautelosa a princípio pelo fato de ser desconhecido naquele espaço e sobre tudo, pelo fato de poder haver algum tipo de conflito em relação aos conhecimentos trazidos pelo extensionista/educador que possam gerar algum tipo de desconforto ao camponês. Os diálogos e comunicações se inserem exatamente nesse ponto para tornar o processo horizontal, assim, como já apresentava Paulo Freire em Extensão ou Comunicação.

As metodologias tradicionais da extensão rural, elaborados no intuito de insinuar a adoção de tecnologias que para tal colocaria o extensionista com o dominador e os agricultores seriam os dominados, essa lógica será substituída por novas formas de abordagens. (CAPORAL; CONSTABEBER, 2004). E nesta época que começa o surgimento das metodologias participativas, tendo como foco a extensão rural em uma perspectiva

educativa norteada no pesquisador brasileiro Paulo Freire, este discorda do sistema de educação apoiado em transmissão de conhecimentos (BALEM 2015).

De acordo com Lima, F., et al (2014) Nos dias atuais, a extensão rural está baseada em formas de comunicação com os enfoques dialógico e participativo, tencionando a cooperação dos camponeses rodeados no processo de desenvolvimento do meio rural, se distinguindo das metodologias difusionistas empregadas no começo da extensão rural no Brasil. Na sequência em que os camponeses mudam formas empíricas de cuidar da terra por outras inevitavelmente esta transformação de qualidade no processo de defrontamento com a realidade provocará transformações, da mesma forma, de seus resultados, mas não de forma automática (FREIRE, 1983)

Neste sentido, a comunicação rural, apresenta mecanismos importantes na sociedade da informação na direção da democratização de todos, sobretudo no que refere aos pequenos produtores, do quais os obstáculos e necessidades são condições que influenciam totalmente nas suas produções e deste modo também na produtiva do setor (BERNADES; BONFIM. 2015).

Segundo Freire (1983) “A comunicação [...] implica numa reciprocidade que não pode ser rompida”. “Desde o início dos tempos, a comunicação foi de importância vital, sendo uma ferramenta de integração, instrução, de troca mútua e desenvolvimento” (GONÇALVES et al, 2016, p. 54). “Na extensão rural, a comunicação envolve todo um aparato que permita que a produção científica chegue até o produtor rural, não sem antes passar pelo extensionista”. (GONÇALVES et al, 2016, p. 55)

“A comunicação estabelecida entre os(as) extensionistas e os agricultores não pode ser permeada por termos e expressões desconhecidas dos mesmos. Por isso, a importância de um diálogo construído e de acordo com a realidade” (BALEN, 2013, p. 56). “O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese [...] é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (FREIRE, 1983, p. 34). Freire (1983) ressalta que é tarefa daqueles que sabem um pouco um mais no tocante aos extensionistas, devem buscar em diálogos com aqueles que pensam que não sabem os camponeses, para que estes transformem seu modo de pensar e ambos possam igualmente adquirir conhecimentos com a troca de saberes.

A popularização da ciência pela comunicação acabou se tornando porta de entrada da sociedade para os avanços científicos que são gerados em laboratórios e em campos experimentais das universidades e centros de pesquisa, condicionando ao aprofundamento sobre a importância da ciência para a consciência pública (VITAL 2017).

“Para que a divulgação científica ocorra de forma eficiente é essencial que as informações sejam transmitidas de forma clara, simples, direta e de fácil entendimento para que se tornem acessíveis ao grande público” (VITAL et al, 2017, p.1). Isto requer um esforço não de extensão, mas voltado a conscientização que se for realizado adequadamente, proporciona aos sujeitos se apropriarem criticamente do lugar que com ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica estimula o verdadeiro papel que lhes cabem como pessoas no mundo. Que devem ser sujeitos das mudanças no mundo com qual se humanizam (FREIRE, 1983).

4 Resultados e Discussão

4.1 Teoria e prática: as contribuições e enlaces desse processo de estágio

A teoria vista em sala pode orientar para construção das práticas que se realizou durante o estágio, contribuindo na forma de se comunicar, na maneira da abordagem, nas entrevistas na elaboração e conteúdo das perguntas que atendessem a finalidade a que se propôs no estágio em residência agrária.

A teoria pode contribuir na problematização, antes mesmo de se está na vivência da realidade propriamente dita, desta forma, levantaram-se hipóteses do que poderia ser encontrado na realidade em que iria inserisse. Podendo assim adquirir um senso crítico com relação a possíveis modificações nas atividades que poderiam se apresentar principalmente por estar em contato com vários sujeitos com conhecimentos e culturas diferentes. Neste sentido, sendo necessário buscar outras ferramentas viáveis para continuar o desenrolar do estágio e sobretudo contribuindo no decorrer das atividades.

Desta forma, antes mesmo de chegar em campo de estágio o educador/extensionista já tinha em mente a necessidade de buscar meios que norteassem sua prática e isso foi construído em sala de aula, por meio de uma base teórica que deu subsídio para dinamizar as atividades durante o processo dentro daquele contexto, propiciando assim, boas construções

no decorrer do estágio. De acordo com Pimenta e Lima (2012) “a prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática”.

Portanto, a necessidade de se buscar meios teóricos para alicerçar a prática, evidenciou que a prática no estágio estava totalmente em conformidade com a teoria. A prática esteve indissociável da teoria, onde a busca por conhecimentos e demais métodos, tiveram grande importância e construíram a base para as ações em campo de estágio, nas formas de diálogo, na interpretação desses diálogos e na reflexão crítica do cotidiano, numa observação clínica e sobretudo numa prática efetiva e reflexiva.

No estágio pode-se notar uma mudança de postura em relação à teoria e a importância para uma prática bem-feita, que tenha ações concretas e transformadoras. Portanto, favoreceu uma mudança de percepção, em virtude de não se tratar apenas de formas técnicas de abordagem, mas sobretudo da busca por conhecimentos teóricos para fundamentar as práticas, antes de realizar qualquer intervenção em campo de estágio.

Para Pimenta e Lima (2012) o estágio é uma atividade onde se busca conhecimento, mediante aos diálogos com sujeitos envolvidos no processo, desta maneira está se estruturando o estágio preparando um alicerce para o bom desenvolvimento das atividades com as pessoas que a compõem. Consequentemente a prática se torna muito mais eficiente pelo conhecimento adquirido no trabalho em coletivo.

4.2 Estágio supervisionado – sala de aula e vivência em campo

Nas aulas de estágio supervisionado era debatido em que fase estava o desenvolvimento das atividades, cada um dos alunos apresentava como as práticas caminhavam se estavam dentro do planejado ou se estava ocorrendo imprevistos.

As experiências eram socializadas para a turma e todos debatiam e analisavam o andamento do estágio. O professor enquanto orientador fazia ponderações para futuras melhorias na prática em campo. Da mesma forma os alunos trocavam ideias entre si, para melhorarem a prática na vivência em campo.

Além disso, discutíamos questões junto com o professor da disciplina, a extensão numa perspectiva mais inclusiva e participativa, que colocasse o camponês como sujeito ativo no estágio e da mesma forma na proposta do projeto coletivo de cada aluno.

Conforme isso enquanto futuros profissionais de licenciatura devíamos trabalhar a extensão de forma educacional que aproximasse os camponeses, privilegiando uma troca de saberes, valorizando esses sujeitos. Analisando os contextos e sobretudo não somente problematizando, mas que pudéssemos de alguma forma intervir na realidade para mudanças concretas.

Ademais era colocado durante aulas o respeito aos saberes dos camponeses e como poderíamos estabelecer contato adequado com eles enquanto estagiários e futuros educadores. Deste modo não podíamos somente levar conhecimento, mas receber e socializar por meio de interações e vivência no campo através do Residência Agrária. Conforme isso as práticas no estágio foram facilitadas, devido ao embasamento que se adquiriu durante as aulas de estágio supervisionado.

Abordou-se em sala como conteúdo o diagnóstico rural participativo, enfatizando a importância do DRP como uma forma de tornar os camponeses com os principais responsáveis pelas mudanças de seu próprio meio, com os estudantes acompanhado em coletivo nas atividades e contribuindo nesse processo.

4.3 Diagnostico rural participativo (DRP) dentro do estágio

Em todos os processos da intervenção realizados com o intermédio da família por meio do diagnóstico rural participativo tiveram excelentes resultados no tocante a forma como conduziram atividades, com muita desenvoltura se mostrando muito ativos em todas as fases do diagnóstico.

Como também nas entrevistas, conversas e na contribuição da identificação dos pontos positivos e negativos onde residiam, ademais ajudaram na análise dos dados do diagnóstico e discussão do mesmo, fazendo reflexão sobre a realidade em que viviam, por meio das discussões que tínhamos diariamente.

A apresentação da proposta e os diálogos sobre como seria conduzida as práticas, deu-se devido à grande participação da família, algo que se atingiu devido ao estágio no contexto mais participativo. Sendo a própria família pelos seus integrantes tomar a iniciativa para o desenvolvimento do projeto e execução, tendo total autonomia nas ações e mudança se necessário em algumas das etapas, enquanto estagiário coube em conjunto com os

camponeses acompanhar cada fase. À medida que o projeto caminhava, trocavam-se ideias para que tudo fosse desenvolvimento da melhor maneira.

“Esta iniciativa revela um avanço para o campo, especialmente para a agricultura familiar, pois sinaliza uma preocupação com as necessidades das comunidades e a valorização da sua participação e do seu conhecimento” (SODRÉ, 2013, p.94), como também proporciona meios para que os próprios camponeses possam modificar a sua realidade, através de uma intervenção real que traga modificações benéficas e realmente possa atender uma realidade específica em que vivem homens e mulheres do campo somando-se ao conhecimento do extensionista.

O diagnóstico rural participativo no decorrer do estágio favoreceu o convívio com a família durante o período em que o estágio foi desenvolvido, todos os sujeitos que participaram das atividades sentiram-se realmente importantes.

4.3.2 Contexto do estágio e diagnóstico

O estágio supervisionado na modalidade Residência Agrária foi realizado no ano de 2018 a 2019 em uma propriedade de uma família do Sítio Barreiras município de Bananeiras, Paraíba. A escolha da família se deu em decorrência de uma pesquisa que foi realizada acerca da comunidade do Sítio Barreiras, com relação às famílias que moravam na região, sendo auxiliado pelo presidente da associação de trabalhadores rurais da comunidade.

Desta forma com conversas com o presidente da associação de trabalhadores da comunidade foi indicado algumas famílias que poderiam se desenvolver o estágio, ficando a critério do próprio estudante a escolha de uma família.

Foram feitas vistas na comunidade nas casas das famílias, para conversas a fim de obter informações, onde não foi abordado qual objetivo naquele momento, tendo apenas a finalidade de conhecer os camponeses que poderiam ser desenvolvidas as atividades do estágio. Desta forma vislumbrou-se uma primeira impressão dos sujeitos, com também absorver informações iniciais da comunidade.

Diante disso foi escolhida uma família, que à primeira vista já se apresentava como uma boa experiência para o estágio, o que de fato se comprovou nas práticas, sendo composta por três membros.

4.3.3 Como se propõe o diagnóstico

O diagnóstico compôs-se de conversas, diálogos, entrevista semiestruturada e observação. Com muita interação diária, observando o comportamento, sempre com a participação e colaboração dos componentes da família que participaram contundentemente das atividades de estágio.

Nos diálogos diários sempre se buscava que a família camponesa e seus membros refletissem a sua realidade sobre o que poderia ser melhorado como também o que consideravam como adequado. Buscava-se a problematização e não só isso, mas que os mesmos por suas próprias ações pudessem mudar a realidade na prática com seus esforços e conhecimentos auxiliados por meio do extensionista, entretanto enquanto extensionista no estágio, tendo como proposta o diagnóstico rural participativo deu-se autonomia aos sujeitos para que os mesmos sentissem confiança em se, de que eram capazes de executar atividades que fossem viáveis no contexto em que estavam inseridos.

Conforme dado autonomia aos camponeses eles poderiam conduzir as atividades e analisar sua realidade a fim de contribuir nas ações do projeto coletivo. Insere-se aí diagnóstico rural participativo o qual busca exatamente dar condição aos camponeses e meios para que possam ter independência nas intervenções no local ou comunidade onde vivem atrelados aos próprios esforços, cabendo ao extensionista auxiliar as práticas e buscar os diálogos e conversas tendo uma boa comunicação.

Cada de uma dessas etapas de diagnóstico tinha-se como objetivo inserir o camponês com sujeito participativo nas atividades do estágio, estando cientes de todas as etapas e contribuindo no processo.

4.3.4 Diagnóstico na prática

O diagnóstico se apresenta como o elemento que vai subsidiar e orientar, em campo de estágio, a prática dos estudantes. O diagnóstico permite ter uma maior dimensão do cotidiano de uma família camponesa, favorecendo melhor percepção das dificuldades enfrentadas em uma realidade específica, dentro de uma cultura e costumes distintos.

É muito importante e extremamente relevante, permitido enxergar a realidade mais a fundo, despertando um olhar crítico nos estudantes com também em todos outros sujeitos

envolvidos nesse processo. Por meio da realização desse diagnóstico pode-se conhecer realmente a realidade, o que proporciona mudanças significativas em um contexto, em virtude de práticas mais precisas.

Desta maneira Freire (1983, p. 16) diz que “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer”. Ademais o diagnóstico proporciona para o sujeito conhecer a sua própria realidade por uma nova visão.

O diagnóstico estava baseado em metodologias participativas, facilitando o contato, dando abertura para o camponês, proporcionando uma troca de saberes, haja visto que o estudante enquanto imerso no estágio também adquire conhecimentos por parte do camponês em uma troca mútua de saberes. “Por meio de um processo de comunicação e de uma aprendizagem mútua, podem ser vistas as diferentes percepções, a tal ponto que os atores podem entender-se e agir conjuntamente” (VERDEJO, 2010, p. 18)

“Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe” (FREIRE, 1983, p. 16). Desta forma o diagnóstico baseado em metodologias participativas, pode-se objetivar melhores resultados na prática, principalmente devido ao caráter coletivo e de igualdade entre os sujeitos participantes.

Quadro 1. A seguir podemos observar quais aspectos foram observados e ainda um breve levantamento e comentários importantes.

Caraterização da propriedade	
Informações gerais sobre a comunidade rural	Sítio Barreiras, existente a mais 70 de anos, na comunidade residem cerca de 14 de famílias, a sede mais próxima da comunidade fica a cerca de 12km de distância localizada na cidade de Bananeiras.
Aspectos ambientais	Na comunidade existe uma pequena mata, onde ela é preservada, não apresenta sinais de desmatamento nem uso extrativista da madeira. A comunidade tem boas condições hídricas, tem um rio que atravessa a comunidade e existem muitos poços na comunidade oque ressalta as boas condições hídricas, apresenta uma fauna bem diversificada com uma série de animais

	silvestres.
Aspectos socioculturais	Os aspectos mais marcantes da comunidade com relação a esse ponto são as novenas do mês de maio uma tradição muito antiga onde durante todo o mês são rezadas novenas e as flores são guardadas parem serem queimadas numa fogueira na última novena do mês. Da mesma forma tem-se as tradições juninas, muito antigas e no mês de junho quando os moradores levantam bandeiras em homenagem a São João e fazem suas fogueiras. Algumas coisas com relação aos aspectos culturais foram se perdendo ao longo, como a questão de benzedeiras, prevalecendo ainda as rezadeiras. A comunidade é bem pacífica não havendo nem um conflito entre famílias ou moradores.
Condições econômicas	A maior parte da comunidade tem como fonte de renda o cultivo de banana a maioria dos moradores tem plantações da cultura e alguns têm a piscicultura como fonte de renda. Classificação de acordo com o nível de renda apresenta-se como vulnerável e pobre, mas não extremamente pobre. A maioria dos moradores possuem DAP sendo poucos que não possuem. Aspectos igualmente observados na família em que desenvolveu o estágio em residência agrária.
Infraestrutura	Há pontes na comunidade, as estradas estão boas condições para o tráfego de veículos. Não tem escola, a escola fica em uma outra comunidade próxima, também não há posto de saúde tendo as pessoas que se dirigirem para cidade, as casas dos moradores apresentam boas condições, há a existência de uma sede, mas não comunidade, fica em uma outra comunidade bem próxima e a forma de organização e a associação.
Produção Agropecuária	As principais culturas exploradas são o feijão, milho, batata, macaxeira, plantio de coentro são destinados para serem comercializados nas feiras livres da região, as outras culturas são destinadas a subsistência. A família em específico onde

	realizou-se as atividades de estágio tinha produção agropecuária apenas para manter-se, a maior parte da renda era provinda da cultura da banana (<i>Musa</i> sp.).
--	--

Fonte: própria (2018).

Como observado (Quadro 1), o diagnóstico apresenta aspectos significativos para que possamos compreender a realidade de uma família camponesa, assim como ter a perspectiva de possíveis transformações nessa realidade, visto que o diagnóstico apresenta pontos que direcionam uma prática mais significativa, que certamente poderão ter uma influência benéfica na vida dos sujeitos.

Vários dados são abordados no diagnóstico, dando um suporte para estudante no decorrer do processo, possibilitando desta maneira a execução de atividades que realmente atendam as expectativas de uma família ou comunidade. Deste modo o estudante pode focar-se em um aspecto que o considera mais relevante, como também desenvolver atividades que visam melhorar mais aspectos que considera pertinentes, em colaboração com todos os envolvidos.

4.3.5 O projeto coletivo: implantação da cultura do maracujá (*Passiflora edulis*)

No primeiro momento colocou-se os benefícios da cultura, como por exemplo, o desenvolvimento relativamente rápido em média de oito de meses para começar a sua produção, outro ponto abordado foram as condições de clima que também favoreciam o bom desenvolvimento das plantas. Expõe-se que o manejo não era complicado, devendo fazer as podas de condução das plantas na fase desenvolvimento e quando estivessem em fase final de produção.

Como visto no diagnóstico e através da caminhada a propriedade apresentava áreas com baixa declividade ideal para o cultivo da cultura do maracujá, aliado ao fato de na área ter estacas que poderiam ser utilizadas nas espaldeiras o que tornaria a implantação muito mais acessível. A cultura do maracujazeiro apresenta uma boa produção anual, o que contribuiria com a renda da família como também, possibilitando outra fonte de renda.

Outro ponto abordado foi a questão de irrigações, que devido ao fato de a cultura não ser tão exigente quanto a irrigações, devendo-se fazer poucas irrigações por semana, entre duas e três seriam o suficiente para o desenvolvimento adequado das plantas.

Uma questão alertada no projeto coletivo foi com relação às pragas que seriam prejudiciais às plantas de maracujá, e que seriam controladas através de armadilhas e produtos à base de fumo não sendo utilizado nenhum tipo de inseticida sintético. Ademais a proposta do projeto teve aceitação, onde as fases foram conduzidas pela família em conjunto com o extensionista/educador enquanto sujeito presente no estágio em residência agrária.

Quadro 2. A seguir observamos as etapas do projeto coletivo, desenvolvidas com a família camponesa.

Projeto coletivo - implantação de plantio de maracujá em espaldeira vertical	
Preparo do substrato	Esterco bovino e terra vegetal, fazendo uma mistura 2:1
Obtenção de semente	Retirada das sementes de maracujá comprados na feira livre e posteriormente postas para secar a sombra e guardadas em garrafas pet na geladeira para maior conservação
Preparo de mudas	Plantio das sementes em sacos plásticos
Preparo da área	Limpeza da área, através de capina manual
Colocação de estacas	Instalação na área preparada
Colocação dos arames	Instalação dos arames nas estacas formando linhas
Manejo	Tratos culturais: podas, capina, irrigação e instalação de armadilhas para controle de pragas

Fonte: própria (2018).

4.4 Extensão ou comunicação: pensando uma outra perspectiva para a extensão rural

No livro de Paulo Freire “extensão ou comunicação”, o autor traz uma crítica a forma como as práticas difusionistas de extensão têm uma abordagem invasiva e de desconsiderar o conhecimento do camponês. Freire ressaltando que a extensão deve ser pautada no âmbito educacional e mais humanista de respeito aos conhecimentos, cultura e costumes. Desta forma pode-se provocar transformações significativas no meio rural.

Pode ser visto que uma extensão mais participativa e educacional, possibilita um vínculo entre o extensionista e camponês, proporcionando para ambos, que os problemas sejam mais bem dimensionados e solucionados adequadamente.

A maior facilidade no contato com os camponeses se deu exatamente através de uma comunicação acessível e nos termos que os sujeitos estavam acostumados no seu cotidiano e que carregavam consigo devido a sua cultura adquirida através de gerações.

Desmitificou-se por meio da vivência a ideia de somente levar conhecimento. A vivência junto a comunicação no processo de extensão pode mostrar de forma contundente que os camponeses têm muito conhecimento que se bem trabalhados proporcionam uma extensão rural mais humanista e próxima da realidade. Deste modo o processo de comunicação tendo em vista a realidade rural, tem grande agregação no tocante ao um processo construtivo de conhecimento para todos aqueles que compõem as atividades de extensão (BALEM, 2015).

O contato mais próximo com uma família camponesa, mostrou-se uma experiência muito significativa, conhecer essa realidade, perceber as diferenças de culturas de uma localidade para outra. O contato, os diálogos a cooperação em prol de uma melhoria em uma realidade é algo extremamente gratificante, motivando o estudante no desenvolvimento de práticas e teorias relevantes para serem implementadas em outras experiências de extensão rural.

5 Considerações finais

O estágio supervisionado em extensão rural na modalidade Residência Agrária é uma ferramenta excelente nos contatos com os camponeses aproximando o estudante da realidade do campo, colocando em desafio, para resolução de problemas do cotidiano em coletivo com os sujeitos dentro do estágio. As práticas participativas proporcionam ao camponês se expressar ao seu modo, passando a serem os responsáveis pelas mudanças do seu cotidiano, junto com estagiário. Desta forma metodologias participativas se mostram muito eficientes para romper com a resistência dos camponeses e repensar outras técnicas para serem desenvolvidas no seu contato diário com a terra.

Conclui-se que o estágio de residência propicia o contato direto com uma família camponesa e as metodologias participativas provocam mudanças verdadeiras em um contexto específico, mudando o pensamento do estudante, favorecendo uma outra visão para extensão rural de como é necessário a busca por metodologias distintas para cada família ou comunidade. A coletividade torna todos os processos mais dinâmicos e proporciona o respeito mútuo aos conhecimentos tanto do camponês como do estudante, havendo de forma concreta uma troca de saberes e ainda enfatizando que o estudante sempre tem o que aprender com homens e mulheres do campo e o residência agrária possibilita essa experiência de viver o cotidiano de uma família camponesa em sua essência.

6 Referências bibliográficas

BALEM, T. A. **Extensão e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, colégio politécnico, 2015. 123 p.

BERNARDES, J. C.; VIEIRA, S. C.; BONFIM, E. B. Comunicação rural: legitimando a inclusão digital no campo. **RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 1, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br:8082/index.php/recodaf/article/view/8>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Casa civil, subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF: Presidência da república, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 02 jul. 2019.

CALDART, R. S. (org.); PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, expressão popular, 2012. 788 p.

CAPORAL, F. R.; CONSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento rural Sustentável. Porto alegre, 2004.

CASIMIRO, M. I. E. C. Residência agrária: projeto universitário e camponês como fator de desenvolvimento do campo. *In*: XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE

ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais eletrônicos [...]**. fortaleza: 2006. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/794.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

CASTRO C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ater.** Brasília: Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA, 2017. 48 p.

COLOSSI, N.; ESTEVAM, D. O. Casas familiares rurais: uma alternativa para a formação de jovens agricultores. **Revista de administração**, v. 2, n. 3, p. 16-42, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/749>. Acesso em: 18 set. 2019.

DEL-MASSO, M. C. S.; GALHARDO E.; ROVEDA, J. A. F.; ZUANON, A. C. C. Extensão universitária e as demandas sociais. **Rev. Ciênc. Ext.** v. 11, n. 1, p. 2-7, 2015. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1247. Acesso em: 18 set. 2019.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública do rio grande do sul. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FAGUNDES, R.; FAGUNDES, A. A.; SANTOS, A. S. Residência Agrária – Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar. *In*: SEMINARIO NACIONAL DE EDUCACAO EM AGROECOLOGIA. EDUCACAO EM AGROECOLOGIA: RESISTENCIAS E LUTAS PELA DEMOCRACIA, 2., 2016, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Seropédica, 2016. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22375>. Acesso em: 04 jul. 2019.

FARIA, C. M. A. **Estágio curriculares supervisionado**: a contribuição para a formação profissional do técnico agrícola no instituto federal de minas gerais campus de bambuí. 2009. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

FERNANDES, I. L. C.; ALENCAR, F. A. G. JUVENCIO, S. M. S. Residência agrária Ceará: construindo caminhos – compartilhando conhecimentos. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCACAO DO CAMPO DA PARAÍBA, 1., 2011, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Centro de Educação/UFPB, 2011. Disponível em: <http://ieppepcb2011.xpg.uol.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2001/05.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

FREIRE, P. **Extensão e comunicação?**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. 93 p. (O mundo, hoje).

GONÇALVES, L. C.; RAMIREZ, M. A.; SANTOS, D. **Extensão rural e conexões**. 1. ed. Belo Horizonte: Fepemvz, 2016. 164 p.

JESUS, M. M. H. **Família no Programa Residência Agrária: A Visão dos Atores da Universidade Federal do Ceará**. 2011. Dissertação (Pós-graduação em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

KUMMER, L. **Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 2007. 155 p.

LAZZARI, F. M.; SOUZA, A. S. Revolução verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS E CONTEMPORANIEDADE, 4., 2017, Santa Maria. **Anais eletrônicos [...]**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em: <http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>. Acesso em 12 jul. 2019.

LIMA, A. S.; GOMES, M. L. S.; PINHEIRO, R. A.; SOUSA B. H.; MEDEIROS, M. B. A importância do estágio de vivência e residência agrária na formação do licenciando em ciências agrárias. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIENCIAS AGRÁRIAS, 3., 2018, João Pessoa. **Anais eletrônicos [...]**. João Pessoa: UFPB, 2018. <https://cointerpdivagro.com.br/wp-content/uploads/2019/02/A-IMPORT%C3%82NCIA-DO-EST%C3%81GIO-DE-VIV%C3%82NCIA-E-RESID%C3%82NCIA-AGR%C3%81RIA-NA-FORMA%C3%87%C3%83O-DO-LICENCIANDO-EM-CI%C3%82NCIAS-AGR%C3%81RIAS.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019

LIMA, F. A. X.; VARGAS, L. P.; SOUZA G. M. B.; J, T. A. F.; WIZNIEWSKY, J. G. Extensão rural, comunicação e mobilização social: experiências do IPA junto aos agricultores familiares de Pernambuco. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 8, n. 2, p. 43-57, ago. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27129>. Acessado em: 22 ago. 2019.

LISITA, F. O. Considerações sobre a extensão rural no Brasil. **Embrapa Pantanal**, Corumbá, n. 77, p. 1-3, abr. 2005. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56338/1/ADM077.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p.

MOLINA, M. C. *Et al.* **Educação do campo: a experiência do programa residência agrária**. Brasília: MDA, 2009.

MORETTI C. Z.; ADAMS, T. Pesquisa participativa e educação popular: epistemologias do sul. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/16999>. Acesso em: 04 jul. 2019.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília 2008. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/senado/institucional/orgaosenado?codorgao=49/textos_discussao.htm>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 312 p. (Docência em formação – saberes pedagógicos).

PIMENTEL, A. E. B.; PINTO, M. S. V.; CRUSCIOL, J. H.; SIMON, E. J.; CARMO, M. S. A formação do profissional de ciências agrárias e o programa de residência agrária – experiência no assentamento Laudenor de Souza (SP) - Brasil. **Educação em Revista**, Marília, v. 9, n. 2, p. 21-36, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/632>. Acesso em: 04 jul. 2019.

RAMOS, G. L.; SILVA, A. P. G.; BARROS, A. A. F. **Manual de metodologia de extensão rural**. 1. ed. Recife: Instituto agrônomo de Pernambuco - IPA, 2013. 58 p.

RAZUCK, R. C. S. R.; ROTTA, J. C. G. O curso de licenciatura em Ciências Naturais e a organização de seus estágios supervisionados. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 20, n. 3, p. 739-750, jul. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132014000300739&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 set. 2019.

ROCHA, E. E. R. B. A pesquisa participante e seus desdobramentos - experiências em organizações populares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos8.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

ROMANIELLO, M. M.; ASSIS, T. R. P. **Extensão rural e sustentabilidade**: guia de estudos. Lavras: UFLA, 2015. 114 p.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revistaunar**, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2013. Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_e_stagio.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019.

SILVA, A. P. *Et al.* **Diagnóstico participativo da piscicultura familiar na região de Divinópolis/TO**: Uma abordagem diferenciada para ações de pesquisa e desenvolvimento. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2013. 92 p.

SODRÉ, M. L. S.; DOURADO, A. M.; GOVEIA B. S. S. Diagnóstico Rural Participativo: ferramenta de planejamento norteadora de ações da extensão rural. **Rev. Ext. Rural UFS**, Sergipe, v. 1, n. 2, p. 1-7, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revex/article/view/2319>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SOUZA, E. P. **Território e agroecologia**: a extensão rural como agente de transformação. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

TONET, R. M. Algumas sugestões sobre o novo papel da extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. **Informações econômicas**, São Paulo, v.38, n.10, p. 1-7, out. 2008. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/tec3-1008.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

UFPB. Resolução nº 02/2012. Aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Ciências Agrárias – Licenciatura Plena, que altera a Resolução nº 01/2007 do Colegiado de Curso e dá outras providências. 2012. Disponível em: <http://www.cchsa.ufpb.br/cchsa/contents/anexos/cursos-graduacao/ciencias-agrarias/resolucao-de-estagio-02-2012-agrarias.pdf>. Acesso em 02 jul. 2019.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.

VINHA, J. F. S. C.; VIERA, N. R.; ARAÚJO, D. M. O. Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 45, p.12-31, dez. 2018. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/6014/4590>. Acesso em: 04 jul. 2019.

VITAL, A. F. M.; ARAUJO, L. L.; SILVA, M. M. V.; SANTOS, R. V. Comunicação rural: popularizando saberes para a conservação ambiental. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 2., 2017, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Centro de Convenções Raymundo Asfora, 2017. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO_EV074_MD1_SA7_ID69_15092017234436.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019.